**AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

JALES, Antonia Carolina de Andrade

**RESUMO**

As pessoas com deficiência faz parte de uns dos grupos mais excluídos e invisibilizados na sociedade, no Brasil cerca de 45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual (Cartilha do censo, 2010), e está presente em todas as classes sociais, mas as que tem os seus problemas de equiparação mais acentuados são as pertencentes das classes mais baixas. As pessoas com deficiência foram historicamente excluídas da sociedade e amparadas pela caridade e filantropia, porém esta situação foi mudando com a força dos movimentos sociais à partir de 1980, e hoje se encontra com grandes avanços, mas ainda se tem muito a ser conquistado, pois essas pessoas sofrem diariamente, seja tanto pelo preconceito e discriminação como também pelas más condições oferecidas pelo governo. Neste presente trabalho irei retratar um pouco do trajeto das políticas públicas no cenário brasileiro, e como está consolidado. Meu objetivo é expor como são vistos as pessoas com deficiência na sociedade brasileira, fazendo um resgate histórico até os dias atuais, e como foram suas articulações para as conquistas das políticas públicas de sua categoria. Disponibilizarei de dados históricos e de documentos acerca deste tema para conseguir atingir o meu objetivo, desde logo, irei questionar o silênciamento das pessoas com deficiência na sociedade onde são oprimidas socialmente, logo depois abarcar os movimentos sociais como fontes de conquistas para este segmento.

**PALAVRAS- CHAVES:** PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; MOVIMENTOS SOCIAIS; DISCRIMINAÇÃO; PRECONCEITO.

**INTRODUÇÃO**

 O presente artigo trata sobre as pessoas com deficiência na sociedade brasileira, e tem intuito de refletir sobre a trajetória histórica desse grupo até os dias atuais, retratando, como se deu o processo de inclusão dessas pessoas nessa sociedade, suas conquistas e desafios.

O artigo está dividido em três partes, na primeira, faço um resgate histórico de como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade, pois a trajetória histórica da construção da imagem da pessoa com deficiência impulsiona, ainda hoje essa imagem de pessoas incapazes e sem condição de participação efetiva. Na segunda parte, irei falar sobre a história dos movimento sociais, e sua grande contribuição para as conquistas do mesmo. E na terceira parte falarei como foi o processo de inclusão dessas pessoas na sociedade.

As pessoas com deficiência foi historicamente relegadas a uma posição de invisibilidade social, e com a força dos movimentos deste segmento, isto foi mudando com o tempo, mas, ainda hoje, há a presença desta imagem negativa a essas pessoas, contudo, o movimento foi de suma importância para os direitos conquistados por essa categoria.

**HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA**

Na trajetória histórica brasileira as pessoas com deficiência eram “ignoradas” ou “caminhavam em silêncio”, elas não podiam estar nos ambientes escolares e de trabalho comuns a toda população, estavam sempre circunscritas ao espaço familiar ou das instituições especializadas, a sociedade tinha uma imagem de indivíduos deformados fisicamente e mentalmente dessas pessoas. Portanto este grupo foi relegado a uma posição segregada na estrutura social, consideradas, durante muito tempo, como “inválidas” ou “incapazes”, merecedoras apenas da caridade.

Foi com a força dos movimentos sociais que as pessoas com deficiência foram conquistando sua autonomia e espaço na sociedade, eles realizavam reuniões em suas cidades, e foi eclodindo simultaneamente em diversas outras cidades do país, de início sem nenhuma comunicação ou coordenação entre os grupos, mas logo adiante estabeleceram a comunicação entre eles, por meio de cartas, telefone e de maneira informal e pessoal, pois os meios de comunicações eram restritos. Então começaram a realizar frequentes encontros de âmbitos local, regional e nacional, para uma troca de ideias e tomada de decisões, resultando em 1980 no 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência. Os movimentos sociais, antes silenciados pelo autoritarismo, ressurgiram como forças políticas. Vários setores da sociedade gritaram com sede e com fome de participação: negros, mulheres, índios, trabalhadores, sem-teto, sem-terra e, também, as pessoas com deficiência, processo este que reflete na Constituição Federal promulgada em 1988, onde surge uma série de direitos assegurados pela constituição. O eixo principal das novas formas de organização e ações das pessoas com deficiência, surgidas no final da década de 1970 e início da década de 1980, era politicamente contrário ao caráter de caridade que marcou historicamente as ações voltadas para esse público.

O percurso histórico das pessoas com deficiência no Brasil, assim como ocorreu em outras culturas e países, foi marcado por uma fase inicial de eliminação e exclusão, passando-se por um período de integração parcial através do atendimento especializado. Estas fases deixaram marcas e rótulos associados a estas pessoas, muitas vezes tidas como incapazes. Romper com esta visão, que implica numa política meramente assistencialista para as pessoas com deficiência, não é uma tarefa fácil, mas, com menor ou maior êxito, isso foi feito com o avanço da legislação nacional sobre este tema, contando agora com a contribuição direta das próprias pessoas com deficiência.

Por meio dos movimentos sociais deste grupo, houve a ampliação dos horizontes da democracia, reflexões sobre multiculturalismo, exercício diário da cidadania, e com isto se foi ganhando visibilidade na sociedade, resultando em um ambiente de efervescência participativa com a urgência e necessidade de novas dinâmicas. A cultura participativa torna-se importante para a formação de sujeitos ativos, capazes de mover a sociedade para alternativas sócio-políticas inovadoras. A cultura participativa pode ainda assegurar a continuidade de projetos significativos para a sociedade, a moralização da coisa pública, a gestão transparente e ética, a formação de comunidades vigilantes dos direitos conquistados; além disso, assume papel fundamental para o enraizamento e valorização do sentimento de pertencimento à localidade. Hoje as pessoas com deficiência de acordo com a legislação, são vistas como seres iguais a qualquer outro ser social, e os seus direitos são iguais a todos os outros:

Os direitos das pessoas com deficiência não são diferentes dos direitos humanos das outras pessoas que não têm deficiência. Isto é, todas as pessoas são iguais na sociedade independente da deficiência, raça, cor, idade e gênero. ( MELO, 2009, p.18).

Portanto a lei de Nº 13. 147 de 06/07/2015 possibilita grandes avanços, pois garante novos direitos, que foram conquistados através de forças conjuntas com as lutas dos movimentos sociais. Entre elas o direito a saúde, educação, transporte, trabalho, lazer, cultura, acessibilidade e entre outros direitos assegurados na legislação brasileira.

**MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

 No Brasil, algumas instituições associativas foram criadas a partir da iniciativa de familiares e profissionais envolvidos nessa área. A primeira Sociedade Pestalozzi foi fundada em 1935, em Belo Horizonte, por iniciativa de pais, que pressionaram o Governo do Estado de Minas Gerais a convidar Helena Wladimirna Antipoff, psicóloga e pedagoga de origem russa, que desenvolveu na Europa estudos significativos sobre educação de deficientes intelectuais. A convite, ela veio ao Brasil para orientar a estruturação de serviços destinados aos com grande dificuldade de aprendizagem e socialização, com isso, em 1954 criou-se no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Mais adiante, no intuito de somar forças, foram organizadas estruturas de representações que abrangessem todo o território nacional, são exemplos: O Conselho Brasileiro para o Bem Estar dos Cegos – 1954; Federação Nacional das APAEs – 1962; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi – 1970; Federação Brasileira de Excepcionais – 1974; Com objetivo diferenciado das instituições anteriores, também foi criada em 1975 a Associação Nacional de Desportos para Deficientes.

Concomitantemente ao processo de redemocratização política no Brasil, começam a surgir, no interior das instituições de educação especial ou de reabilitação, grupos de pessoas com deficiência que se reuniam para viabilizar algumas de suas necessidades. Essas formações serviram de base para estruturas mais organizadas, que propuseram, posteriormente, a elaboração de normativas capazes de garantir a cidadania deste contingente. Pois este grupo na maioria das vezes, são excluídas e invisibilizadas socialmente pela ideia de incompatibilidade de cidadania, e assim, foram por muito tempo intituladas como eternos ‘pacientes’, sem autonomia e sem direitos, vivendo em meio a discriminação e preconceito, sem saber que eram sujeitos de direitos e de deveres como todo e qualquer cidadão. Portanto, é somente na virada de 1979 para os anos 1980, que surge no país a consciência de movimento político das pessoas com deficiência.

Ao longo da última década, o movimento de inclusão das pessoas com deficiência ganhou importância no Brasil, repercutindo em avanços sociais para todos. Ter os vários grupos de pessoas com deficiência na linha de frente das reivindicações políticas foi um marco decisivo na história desse movimento. Com o lema: “nada sobre nós sem nós”, a defesa dos interesses políticos dos grupos que representam as pessoas com deficiência conseguiu, ao longo dos últimos anos, ampliar o seu espaço também no cenário político nacional (BERNARDES, 2012,p.12).

Em meio aos protestos e movimentos articulados, pautam-se novas formas e mecanismos de democratização da gestão e do processo decisório. Assim, ao longo da década de 1980, o movimento social das pessoas com deficiência se articula institucionalmente e vai conquistando novos espaços de participação, sendo realizado o 1° Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em Brasília – DF, nos dias 22 a 25 de outubro de 1980, que contou com a presença mil participantes representando 39 entidades de todas as regiões do país e os diversos tipos de deficiência. O 1º Encontro foi positivo em diversos aspectos, pois marcou a força política das pessoas com deficiência no cenário nacional e as aproximou. Antes, a luta era isolada, depois do Encontro, as pessoas se conheceram, trocaram experiências e descobriram que as dificuldades delas eram comuns, fez nascer o sentimento de pertencimento a um grupo, a consciência de que os problemas eram coletivos e, portanto, as batalhas e as conquistas deveriam visar ao espaço público. Deste encontro saiu um documento que dava as diretrizes básicas da luta por direitos dos cidadãos, como trabalho – benefícios, transportes – acessos, assistência médico-hospitalar – reabilitação e aparelho de reabilitação.

No ano de 1981, em Recife, ocorreu o I Congresso Brasileiro das Pessoas com Deficiência, com a proposta de não discriminação social e de fortalecimento político através da participação em frentes diversas de enfrentamento, cujo tema era "A realidade das pessoas com deficiência no Brasil, hoje", que contou com palestras, painéis, mesas-redondas e grupos de estudos que conversavam sobre temas como trabalho, educação, prevenção de deficiências, acessibilidade, legislação e organização do movimento das pessoas com deficiência. Os movimentos sociais das pessoas com deficiência, teve a intenção de estimular o processo participativo e garantir a interlocução com o Estado, desta forma, constituindo uma identidade social e política, na construção do processo democrático e na busca do respeito às diferenças e da igualdade de oportunidades. Foi proposto, e posteriormente decretado, o dia 21 de setembro como Dia Nacional de Luta, pontuando ações no sentido de refletir e buscar novos caminhos para a inclusão social das pessoas com deficiência. Já o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de dezembro - foi definido na 37ª Sessão Plenária Especial sobre Deficiência da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 14 de outubro de 1992. Todas estas conquistas são frutos de grandes lutas e o desejo de libertação das correntes que o aprisionavam, para serem, portanto, visibilizadas socialmente. Tendo assim, os seus direitos garantidos.

O cenário que eles se encontravam foi se alterando com a percepção de que tais indivíduos podem e devem estar inseridos nos ambientes sociais, e além de que, com suportes e adaptações necessárias, podem ter plena capacidade de trabalho. Apesar de grandes avanços, atualmente, se percebe barreiras impostas, como tratamentos inadequados e até mesmo discriminatórios em relação à pessoa com deficiência, mas sem dúvida é possível afirmar que houve um amadurecimento civilizatório na forma de lidar com este contingente populacional, como o reconhecimento da sua condição social de detentor de direitos e deveres de cidadania, e a partir de 2000 são registrados avanços nas políticas públicas e o aumento de participação e controle social pelas pessoas com deficiência, como está escrito na cartilha:

Em 2003 foi criada Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência – CEID e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDEPI. Posteriormente, no ano de 2008, surge a Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID. (MELO, 2010 p. 15).

 Nos anos seguintes, foram organizadas, pela primeira vez, as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, 2008 e 2012, também foi aprovada em 2007 no plenário das Nações Unidas a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, discutida por quatro anos, onde se tinham discursões afastando-se de uma abordagem paternalista, caridosa e assistencialista, e assim sendo definidos princípios a serem seguidos pelas legislações nacionais, onde foi criado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência lançado pelo Governo Federal em novembro de 2011 , estando estruturado em quatro eixos: I. Acesso à Educação; II. Inclusão social (inserção no trabalho); III. Atenção à Saúde; IV. Acessibilidade. Porém, isto não significa dizer que as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, de modo geral, são plenamente satisfatórias.

**INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Na década de 40, cunhou-se a expressão “crianças excepcionais”, cujo significado se referia a “aquelas que se desviavam acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais” (Figueira, 2008, p. 94). O senso comum indicava que estas crianças não poderiam estar nas escolas regulares, do que decorre a criação de entidades até hoje conhecidas, como a Sociedade Pestallozzi de São Paulo (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954). Essas entidades, até hoje influentes, passaram a pressionar o poder público para que este incluísse na legislação e na dotação de recursos a chamada “educação especial”, o que ocorre, pela primeira vez, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. A educação ainda usa essa expressão “pessoas excepcionais”, mas do ponto de vista ético e legal é incorreto, pois com a nova legislação da lei de Nº 13. 146 de 06/07/2015 que já foi aprovada, a expressão correta é pessoas com deficiência. Pois as pessoas com deficiência segundo o art. 1º da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (MELO, 2009,p.17). Mas em 1975 se tinha uma outra definição de pessoas com deficiência:

O termo pessoas deficientes referia-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social “normal”, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975, p.1).

Esta definição ignorava as barreiras diversas que impedem o desenvolvimento de potencialidades e bloqueiam a inclusão de pessoas com limitações, enfocando somente a pessoa, sem considerar questões como acessibilidade ao meio físico, situação social e econômica, e sem vislumbrar propostas para igualdade de oportunidades nos equipamentos e nas relações sociais. O termo Pessoas com Deficiência foi sendo utilizado nos últimos anos por escolha do próprio movimento deste segmento, pelo fato de não se sentir identificado com expressões anteriores: pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais.

Com a promulgação da LDB n.º 4.024/61, onde trata da educação de excepcionais que por sua vez passam a ter direito a educação regular e trouxe um grande avanço, pois estes grupos antes excluídos da escola passou a ter como direito a educação escolar, no entanto, a escola permaneceu inalterada, dividida entre a educação regular e especial, com enfoque pedagógico nas patologias, com isso possibilitou ultrapassar as barreiras do simples assistencialismo, da terapia ocupacional, oportunizando estas pessoas a inclusão social.

Com a chegada do século XX, a questão educacional se configura mais pelo lado biológico da deficiência do que o uso terapêutico, logo, o avanço da psicologia e das novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação para a concepção da linha psicopedagógica que ressalta a importância da escola, enfatizando sobre maneira os métodos e as técnicas de ensino. Os estudos em Educação Especial no Brasil avançam de maneira significativa a partir da década de 1990 até o limiar do século XXI, (MAZZOTTA, 2005).

A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular é algo que pode acontecer, basta enxergá-los como seres humanos e cidadãos com direito a educação. Desta forma, com intuito de propor uma educação de qualidade para todos, é extremamente necessária uma reconstrução ideológica que visem melhorias no processo educativo que reveja conceitos e paradigmas com o propósito de reorganização no sistema educacional, proporcionando condições para uma educação de qualidade para todos.

O direito à educação é um direito constitucional e a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado e garante a educação no ensino regular de todas as crianças e jovens independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. (UNESCO , 1994).

 A educação regular tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Assim como a inserção nas escolas regulares foi de forma lenta, a inserção no mercado de trabalho também foi, pois a alguns anos, antes do estabelecimento da Lei 8213/91 de 24/07/1991, conhecida como Lei de Cotas para empresas o profissional com deficiência, se conseguia ingressar no mercado de trabalho através de ações governamentais ou eram terceirizados por Associações ou ONGs e atuavam em órgãos do governo Estadual e federal.

Após o estabelecimento desta Lei as empresas não tinham a visão de como viabilizar o acesso desses profissionais no mercado de trabalho e lançavam vagas praticamente impossíveis de serem preenchidas na época, muitas exigiam pós-graduação e no mínimo 36 meses de experiência em determinada função, como não conseguiam preencher essas vagas recorriam aos órgãos fiscalizadores e recebiam uma certidão negativa, um documento que informava que ele havia lançado e procurado o profissional sem sucesso na contratação e que o liberava mais 60 dias para a adequação da lei. Somente na década de 90 com a lei 8.213/91 é que se amplia o acesso a essas pessoas, pois de acordo com a legislação disponível no site do planalto: no Art. 93, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

 I - até 200 empregados...........................................................................................2%;

 II - de 201 a 500......................................................................................................3%;

 III - de 501 a 1.000..................................................................................................4%;

 IV - de 1.001 em diante. .........................................................................................5%.

Com a democratização no Brasil as leis foram alteradas e com a criação da nova Constituição Federal de 1988, Com a Lei nº 10.098 de 19/12/2000 de Acessibilidade, o quadro se inverteu, observamos que os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão em larga escala em seu Art. 3º no item III que aponta a redução das desigualdades sociais e o item V que destaca a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Hoje muitas empresas procuram esses profissionais e quase não exigem experiência, o empresariado está se conscientizando aos poucos e ainda se adaptando nas questões de acessibilidade, muitos empresários, que tem responsabilidade social que há tempos adequaram suas empresas tendem a ter dificuldade de preencher algumas vagas pelo fato de alguns profissionais com deficiência não terem acessibilidade de sua residência à empresa, por isso o fator distância e barreiras urbanas têm influenciado bastante. As pessoas com deficiência nesses últimos anos na sociedade brasileira tem tido sua existência mais visibilizada, mas, sofrem bastante com a falta de acessibilidade em suas diversas formas.

**CONCLUSÃO**

Portanto concluo que a história do movimento de pessoas com deficiência no Brasil contém uma enorme quantidade de fatos, frustrações e conquistas, e sobretudo muitas lutas. O mesmo contribuiu bastante para a que o Estado tivesse a obrigação de garantir políticas públicas e proteção, garantindo-lhes assim viver uma vida com o acesso a educação, a saúde, ao lazer e a cultura, como todo e qualquer cidadão. Neste trabalho, suscitei brevemente o histórico dos movimentos das pessoas com deficiência e de suas conquistas, permitindo que viesse a tona este processo de formação das pessoas com deficiência, para a luta da desconstrução dessa imagem de incapacidade social, e por uma política inclusiva e que garante direitos. Portanto no Brasil, o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência começou em 1980 com a realização do 1° Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em Brasília, e que o movimento de vida independente começou em 1988 com a criação do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (o primeiro também na América Latina). Apesar desse quadro de efervescência do ativismo político vivido nos anos de 1980 e com as grandes conquistas até os dias de hoje, as pessoas com deficiência são uns dos grupos mais oprimidos na sociedade, vítimas da discriminação e do preconceito. Há a necessidade de produzir conhecimentos em relação a realidade dessas pessoas para contribuir na emancipação social, criando assim, uma sociedade inclusiva e formas de socialização dos direitos das pessoas com deficiência para que assim possam exercer a sua plena cidadania.

**REFERÊNCIAS**

BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves, **Avanços das política públicas para as pessoas com deficiência**: uma análise a partir das conferências nacionais, 1° edição, Brasília, 2012.

**Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p.

FIGUEIRA, Emílio – **Caminhando no Silêncio** – Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil - Giz Editora, São Paulo, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Gardênia Lúcia Val de. **Pessoas com deficiência** : conquistando direitos, construindo cidadania / Gardênia Lúcia Val de Melo, Viviane Fernandes Faria. – Teresina : SEID, 2009. 64 p. : il. – (Série Seidinho & sua turma ; 1).

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:

portal.mj.gov.br/sedh. Acesso em: 21. 10.2015,14:09.

Planalto. **Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências**. 1991. em:< <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm> > Acesso em: 23.10.2015, 15:32.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre**

**necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.